

ATA 17

Ao trigésimo dia do mês de junho de dois mil e vinte e um, reuniu-se pelas 21h, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, sita à Rua do Campo Alegre, 244. A mesma foi realizada sem público, cumprindo deste modo as orientações da Direção Geral da Saúde.

- Mário José Machado de Faria e Almeida Praça (RM)
- Carla Elisabett de Oliveira e Silva (RM)
- Alexandre Paulo da Silva e Sá (RM)
- Cláudia Isabel Vergueiro Fernandes Costa (RM)
- Nuno Filipe Teixeira da Cruz (RM)
- Gonçalo Soares Teixeira Norton Lages (RM)
- Virgínia Celina Braga Oliveira Sendino Cardoso Pinheiro (RM)
- Sofia Margarida Murta Alves (RM)
- Marco Régis Lacomblez Leitão (PS)
- Maria Manuela Nunes Lopes G. de Brito Amorim (PS)
- António Pedro Lima Sequeira (PS)
- Ana Elisa de Sousa Almeida (PS)
- Alexandre Pinto Teixeira (PSD)
- Sónia Maria da Silva Ribeiro (PSD)
- Casimiro António Valente Calisto (CDU)
- António de Oliveira Alves (CDU)
- Susana Salbany Constante Pereira (BE)

Foram apresentados os seguintes pedidos de substituição:

- José Leandro Amaro da Veiga (RM), substituído por Sofia Margarida Murta Alves;
- Cândida Paula Oliveira Freitas Silva Roseira (PS), substituída por Albina Fernanda Monteiro Pacheco, que não compareceu;

Ana Reynolds de Magalhães A. C. Castro Saraiva (PSD), substituída por Alexandre Pinto Teixeira;

- Maria Teresa de Mesquita Guimarães Osswald (PSD), substituída por Sónia Maria da Silva Ribeiro.

Após a confirmação dos membros presentes ficou constituída a mesa da Assembleia:

- Presidente - Mário José Machado de Faria e Almeida Praça
- 1º Secretário - Carla Elisabett de Oliveira e Silva
- 2º Secretário - Alexandre Paulo da Silva e Sá

Presidente da Assembleia de Freguesia, deu início a Assembleia de Freguesia e começou pela chamada dos presentes e leitura do edital. Informou que não houve pedidos de intervenção por parte de qualquer Associação e deu-se início à intervenção das forças políticas.

Período antes da ordem do dia:

Presidente da Junta, apresentou um voto de louvor ao Dr. Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre. Passou de seguida a ler o voto de louvor: "Por Proposta do Executivo da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, foi aprovada por unanimidade em reunião de Executivo de 29 de junho, a atribuição de um Voto de Louvor e Reconhecimento a Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre, Técnico Superior de Serviço Social, Mestre em Psicologia do Comportamento Desviante, e Professor Universitário, que cessou funções, por aposentação, no passado dia 1 de abril.

No exercício das suas funções, agiu sempre com profunda lealdade e revelou elevada competência, grande dedicação, disponibilidade e exemplar postura.

Integrou os quadros da Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro no dia 1 de julho de 1986, onde desempenhou funções de cariz social à população e como Diretor Executivo do Centro Social da Arrábida o acompanhamento de toda a gestão e funcionamento do mesmo.

Em abril de 1995 é convidado pelo Presidente da Junta Senhor Adriano Guimarães Vieira Leitão, para criar a Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro, para que a Freguesia pudesse beneficiar dos apoios do Fundo Social Europeu e no âmbito social poder apoiar e ajudar os seus fregueses. Para que esse acompanhamento fosse possível, é destacado para a ADILO, onde como Diretor Técnico acompanhou, criou e desenvolveu vários projetos em prol da freguesia.

Ao longo destes cerca de 20 anos foi de forma exemplar que dirigiu os projetos comunitários, na defesa dos interesses dos moradores de Lordelo do Ouro e Massarelos, com um sentido de serviço público e de dedicação à causa social, demonstrando uma grande capacidade de trabalho que, sabemos, também, terem sido tempos de grande realização pessoal.

Face ao exposto, entende o Executivo da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, ser de maior justiça e merecimento a atribuição de um Voto de Louvor e Reconhecimento ao Dr. Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre, o qual colocamos à consideração desta Assembleia de Freguesia.

Deste Voto de Louvor e Reconhecimento irá ser dado conhecimento ao Dr. Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre.”

Susana Pereira, BE, cumprimentou todos os presentes. Relativamente ao voto de louvor, associou-se nível pessoal e em nome do Bloco de Esquerda, pois o Dr. Agostinho é uma figura incontornável naquilo que é a intervenção social na Freguesia e deixa uma marca na Freguesia, na instituição de que estamos a falar e no que diz respeito a uma série de projetos que beneficiaram a comunidade e deixa também sabemos uma marca nas pessoas com quem trabalhou, trabalhadores da ADILO, acabou por ser um mentor para muitas destas pessoas que passaram por esta organização, que se formaram enquanto profissionais da área da educação e da área social e efetivamente, é mais do que merecido o voto de louvor. Eventualmente ele fica até aquém daquilo que o reconhecimento que é devido ao Dr. Agostinho implica e, portanto, deixa esta nota e que espera que ele fique com a informação de que ela foi aqui colocada.

Marco Leitão, PS, cumprimentou todos os presentes. Relativamente ao Dr. Agostinho, já tinha ouvido falar muito dele, antes de ter a oportunidade de o conhecer e acha que é importante realçar aquilo que foi dito aqui, que ele foi o grande impulsionador da criação da ADILO e também não pode deixar de dizer que a ADILO foi criada quando o partido socialista governava a junta e a Câmara Municipal do Porto. A ADILO ao longo dos anos e independentemente das cores políticas que foram governando esta Junta e a Câmara, como se sabe, fez um trabalho fantástico e continua a fazer. Este louvor é muito importante e devia-se fazer mais, uma festa. Realmente tem sido uma peça fundamental na área social e a nossa freguesia precisa muito deste tipo de trabalho que a ADILO faz. Não sabe se o Dr. Agostinho vai continuar como diretor e pergunta se isso é possível. Ficou esclarecido que não é possível continuar.

Casimiro Calisto, CDU, disse que a CDU vai votar a favor do voto de louvor e que se congratulam quando o trabalho dos funcionários é reconhecido pelo que fica bem a quem dirige a autarquia, valorizar e homenagear quem lhe presta serviço como foi dito pela Dra. Sofia. Disse ainda que o funcionalismo público tem também muitos méritos, mas que há muita gente que atira pedradas a quem trabalha na função pública, mas que estes funcionários merecem ser enaltecidas. Naturalmente a CDU vai votar a favor.

Cláudia Costa, RM, cumprimentou todos os presentes. Para dizer que obviamente se associam e subscrevem integralmente, o voto de louvor, face ao trabalho meritório e importante que foi desenvolvido e tal como o Senhor Eng. Casimiro Calisto mencionou, quem trabalha e quem faz o seu papel, deve ser reconhecido e, portanto, vão associar-se a este louvor.

Presidente da Assembleia de Freguesia, para congratular a nível pessoal e da parte da mesa, é uma pessoa colaborante e tem de agradecer o seu trabalho realizado nesta Junta de Freguesia. Dar os parabéns e este voto de louvor, é mais do que merecido.

Colocado a votação o voto de louvor, o mesmo foi aprovado por unanimidade com 17 votos a favor.

Presidente da Junta, Sofia Maia, cumprimentou todos os presentes e informou a Assembleia de Freguesia sobre o processo enviado ao DIAP, relativo a uma trabalhadora, o qual passou a ler: “Nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas e), i) e k) do n.º 2 do art.º 9º da Lei n.º

75/2013, a Junta de Freguesia informa o Exmo. Presidente e Exmos. Membros da Assembleia de Freguesia do seguinte:

Na sequência da recolha de elementos documentais, efetuada no exercício de funções de gestão corrente por parte de elementos da Junta de Freguesia, fortemente indiciadores da prática de atos de desvio e alcance de dinheiros públicos por parte da trabalhadora desta União de Freguesias, Maria Helena Monteiro Vieira da Silva, a Junta de Freguesia deliberou a instauração, em 7 de Março de 2021, do competente processo disciplinar à referida trabalhadora, que foi também suspensa preventivamente de funções no dia seguinte, dia 8 de Março. O processo disciplinar já terminou, a fase de instrução encontra-se neste momento em fase de defesa, prefigurando-se o seu desfecho para breve, dependendo da dinâmica processual.

Considerando que os factos são suscetíveis, em abstrato, de configurar a prática dos crimes de peculato e de falsificação de documentos, os mesmos foram igualmente comunicados ao DIAP - Departamento de Investigação e Ação Penal do Porto, assim que foram reunidos os elementos indispensáveis a uma denúncia fundada e conscienciosa. A denúncia é obrigatória por lei, pelo que a Junta de Freguesia não tinha outra opção a considerar. O Ministério Público investigará agora, por sua conta, os factos em toda a sua amplitude e possíveis incidências, incluindo a do ressarcimento do prejuízo efetivo que vier a ser apurado, o que também não deixará de ser efetuado no âmbito do processo disciplinar, relativamente aos montantes que vierem a ser calculados nesse processo, que seguirá, em caso de condenação, para execução fiscal, nos termos da lei.

Relativamente aos atos concretos praticados pela funcionária arguida e ao montante do prejuízo causado à União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos neste momento não nos é possível transmitir essas informações, que se encontram cobertas pelo segredo de justiça. Oportunamente, quando o processo for público, serão dadas informações complementares, oficiosamente ou a requerimento da Assembleia de Freguesia, nos termos legais e regimentais.”

Casimiro Calisto, CDU, apresentou as três propostas. A primeira proposta de recomendação, prende-se com a aplicação do suplemento de penosidade. Disse ter sido alertado e quer a confirmação se a aplicação de subsídio estava a acontecer de acordo com a lei que diz que o valor diário é de acordo com a função que se tem, ou seja, quer confirmar se neste caso concreto nos cemitérios, se aplica somente nos dias em que há levantamentos e enterros. Acha que o executivo tinha a liberdade para “não cortar as unhas rentes” pois se por vezes há mais que um enterro por dia, se se vai ao pormenor do dia de aplicar o subsídio diário, num salário de 665€, nos dias em que haja três enterros ou levantamentos não se aplica o subsídio a triplicar. Deixa à consideração do executivo este valor diário, porque em termos de risco de insalubridade é uma das situações que não ficava mal estender-se esse valor diariamente.

A outra proposta tem a ver com um pedido de cedência temporária de um terreno, na Rua de Serralves. É no empreendimento que esteve muito tempo parado que pertencia a Sache e que agora está habitado. Os moradores que fizeram a recuperação de um terreno no limite com uma zona problemática querem aí instalar uma pequena horta. Parece que a Câmara não vai ceder temporariamente aquele terreno para aquela utilização pois diz que há um projeto de recuperação da cisterna da antiga fábrica de lanifícios. O estudo parece que começou em março 2017 mas até o momento nada foi feito neste terreno. Esta Horta está aberta à comunidade, às crianças do infantário e do jardim de infância da Escola Dr. Leonardo Coimbra pelo que acha que faz todo sentido a Junta empenhar-se para que esta cedência fosse atribuída.

Outra proposta é sobre a salvaguarda e valorização do Quartel da manutenção militar e a sua reconversão para serviços sociais. Apesar das notícias sobre a possibilidade da instalação de habitações entende que é uma desvalorização de um local histórico, com antecedentes ao século XVII, de utilização como superintendência e como armazém do reino. Disse ainda que o considerando da proposta se aponta para uma série de possibilidades de implantação de valências na área social. Disse que faria sentido que a Junta fosse pioneira e propor a quem manda que não se fizesse a alteração para habitação. Entende que embora a habitação seja um problema grave na cidade, dado que estão planeadas mais trezentas casas entre o Pinheiro Torres e o bairro do Lordelo, a somar a estas eventuais habitações no quartel em sua opinião são demasiadas para esta zona. A solução que propõem é que a Junta envie esforços junto da Câmara, das diferentes tutelas para que o quartel seja recuperado para a instalação de um Centro Integral de Cuidados.

Presidente da Assembleia de Freguesia, refere que o Regimento não especifica um período reservado para as forças políticas presentes em assembleia. Normalmente nas assembleias existe possibilidade de o executivo intervir, para alguns esclarecimentos, não está definido, mas pode estar enganado.

Cláudia Costa, RM, entendeu que seria a Senhora Presidente a dar uma resposta ao Sr. Eng. Casimiro Calisto, pois faz todo o sentido explicar aquilo que foi questionado. No entanto, dado que já possui essa informação, aproveitou para dizer ao Sr. Eng. Casimiro Calisto e a Senhora Presidente que a corrija se não estiver a ser correta, que já foram cedidos o terreno e a Junta de Freguesia já falou com o Sr. Vice-Presidente da Câmara e essa questão neste momento está perfeitamente resolvida, ultrapassada. Quanto à obrigação do suplemento de penosidade e insalubridade, este é atribuído já, mas não sabe dizer se os moldes atuais estão de acordo com o que o Sr. Eng. aqui nos veio apresentar, uma vez que estamos a falar de valores e como se compreende não estão na sua posse, nem na dos membros da Assembleia, mas sim do executivo da Junta. Finalmente no que diz respeito à última recomendação que o Partido Comunista apresentou, disse que não era uma competência da Junta nem compete à Junta ou aos poderes camarários. Quanto sabe está a ser tratada com o município, aliás o Sr. Eng. falou aqui na questão da habitação social e tanto quanto se informou do destino a dar ao edifício em causa. Recordou no que diz respeito à questão da resposta social está nunca é demais, e todos tem essa noção, todos entendem que a resposta social nunca é demais, no entanto, o Porto tem já vários pólos em que a responsabilidade social é definida e disse que existem três restaurantes solidários, estando previsto a abertura de um quarto e como todos sabem, vai ser aqui, na nossa Junta Freguesia. Portanto face à carência de habitação social que existe, efetivamente esta opção só me parece absolutamente correta, mas fora do âmbito da Junta.

Casimiro Calisto, CDU, disse que em relação à última parte, que há algo mal-entendido. Não dizemos que é a Junta que vai fazer cuidados continuados, refeitório social. Dizemos que é uma atribuição da Junta, pode a Junta querer ou não, pode esta Assembleia não querer, levar essa ideia, essa eventual utilização daquele local a quem tem mais poder, à Câmara Municipal e ela negociar com o Ministério da Defesa, o desfazer daquele edifício, ou não, para fazer habitação social ou para que haja outras valências de carácter social. Em relação a esta moção ou proposta de recomendação, a CDU quer que vá a votação.

Em relação às outras propostas de recomendação, se a Senhora Presidente confirmar que o contrato de cedência temporária, já está assinado, escusa-se de votar.

Em relação à recomendação do subsídio de pensidade, teria de ser mais esclarecido.

Presidente da Assembleia de Freguesia, tudo quanto seja valorização é bom para todos. Se Assembleia entender que a Senhora Presidente fale, embora continua a dizer, que não lhe parece que no regimento faça alguma referência a isso, diz intervenções das forças políticas.

Susana Constante, CDU, relativamente as propostas apresentadas pelo grupo da CDU nós vamos votar favoravelmente, a proposta referente à aplicação do suplemento de pensidade e insalubridade; se a proposta da Horta Comunitária ainda que esta seja aqui votada, porque mesmo que ela seja temporária do ponto de vista da sua aplicabilidade, votarmos aqui é aquilo que está plasmado e não deixa de ser esta assembleia a dar um sinal à freguesia e aos fregueses, qual é a sua perspetiva sobre este tipo de questões e portanto se ela for colocada à votação, irão votar favoravelmente e entretanto se a CDU retirar a proposta não há problema em votar, mas subscrevem aquilo que está aqui subjacente. No que diz respeito à proposta do fim para este quartel, vão abster-se, sendo que a única razão para tal, porque subscrevem aquilo que está subjacente a ideia de fins públicos e neste caso do fundo social para equipamentos que possam servir a cidade, à partida votariam a favor, mas a questão é que o Bloco de Esquerda apresentou em 2019, uma proposta tanto na Assembleia da República, como a nível Municipal, para que os edifícios da Defesa fossem passíveis de ser convertidos em respostas habitacionais, nomeadamente face e à enorme carência habitacional, que se vive na cidade do Porto; no início de 2018 os números apresentados pela Câmara Municipal no âmbito do relatório do IRU, eram de 2300 famílias e em julho do ano passado a Secretária de Estado, indicava que em relação a esse número de 2018, hoje pode-se entender que estamos 70% acima desse valor, estamos com quase 4000 famílias na cidade do Porto em enorme carência habitacional e nesse contexto o Bloco apresentou esta proposta. Mas mais do que isso, hoje mesmo em Coimbra, foi assinado o protocolo entre o Ministro da Defesa, Ministério das Infra-Estruturas e Habitação, que determina precisamente que este tipo de equipamento seja para fins habitacionais, terminando com aquilo que a obriga a abster-se, porque à partida votariam favoravelmente com estas salvaguardas, mas o Deputado Sr. Eng. Casimiro Calisto, disse que não estava de acordo com o fim habitacional, portanto, no seu entender seria possível convier com a possibilidade de estes equipamentos terem um fim ou outro, a partir do momento em que esta proposta apresentada com este fim deve habitacional, então não faria sentido, dado que defendem que possa ser um fim habitacional. Mas, vão abster-se.

Nuno Cruz, RM, pensa que a Dra Susana se esqueceu que o problema da habitação na cidade do Porto, agora é grande. Há seis anos atrás, ninguém queria morar na cidade do Porto e a mesma tem 15% em habitação social e o país tem 3% em habitação social, portanto a cidade do Porto tem um grande trabalho feito na habitação, agora tornou-se numa cidade muito apetecível e os números de há dois anos não são os números de agora; é normal porque é uma cidade que tem crescimento; é uma cidade que recebeu nos últimos tempos muita gente, portanto os números que afirmou aqui correspondem à verdade, mas tem de se ver o contexto em que eles são aplicados.

Marco Leitão, relativamente à proposta de regulamentação da aplicação de suplemento da pensidade e insalubridade, não há nada contra; quanto à proposta de recomendação da Horta Comunitária da Rua de Serralves se ela se mantiver, irão votar favoravelmente e quanto à proposta de recomendação da salvaguarda e valorização do Quartel de Manutenção Militar e a

sua reconstrução para serviços sociais, conforme foi dito pelo Bloco de Esquerda, existe um projeto, uma parceria entre o governo e a Câmara Municipal do Porto relativamente aqueles espaços. Um projeto de habitação acessível. Sem prejuízo do projeto que a CDU apresenta - pois parece-lhes um bom projeto -, não podem votar favoravelmente, como compreendem, se efetivamente já há um projeto em curso e se esse é muito importante, quer para a Freguesia, quer para a habitação na cidade. É um grande problema, não só na cidade do Porto, como também noutras cidades, mas nas grandes cidades como Porto e Lisboa, esse problema é premente. Todos conhecem os problemas da nossa cidade e não é responsabilidade especificamente da Câmara ou muito menos da Junta, tem a ver com o contexto, com a procura que é muito grande, sendo certo que é fundamental, quer o Governo, quer a Câmara Municipal do Porto terem aqui um papel muito importante no sentido de fomentar a habitação social, mas não só, também para a classe média, porque esta acaba por ter mais dificuldade em encontrar habitação, porque, nas classes mais desfavorecidas, algumas têm a sorte de conseguir habitação social, mas a classe média tem grandes dificuldades em encontrar habitação na cidade do Porto e nesse sentido o projeto que existe, é um bom projeto, sem prejuízo do vosso projeto ser também importante. Por essa razão, vão se abster.

Casimiro Calisto, CDU, em relação à terceira proposta, a última apresentada, uma coisa é o mérito no geral de dar a antigas instalações militares o destino de serem para habitação, outra coisa são os casos específicos como este. Além disso aquela zona, tem a Quinta da Murta, tem a Santa Catarina foi classificada recentemente como o conjunto do ouro. É algo muito específico e se calhar poucos locais tem a história que aquele lugar tem. Disse que às vezes fica confundido com a ligeireza com que muitas vezes se fala das coisas. Não retiramos a proposta, vai ser votada na Assembleia e mais uma vez diz que era apenas uma recomendação para o Executivo ir junto da Câmara. Sobre a necessidade de habitação e dos números da Domus Social das pessoas com dificuldade para ter casa assustam; o Porto pode ser muito apelativo, o projeto da renda acessível, para a classe média, mas é para determinada "bolsas". O que temos são muitas pessoas que viveram sempre aqui, que agora estão a sair porque a compra de casas, que foram habitações durante muitos anos e que albergava muita gente estão para alojamento local ou nasce outro espaço que não habitação. Portanto estamos conscientes da necessidade de habitação social, mas temos de ver onde é vai ser colocada e que outras alternativas existem; toda a gente se queixa da densidade dos bairros sociais na nossa freguesia e agora vai se colocar mais.

Mantemos esta proposta e aguardamos um esclarecimento da Dra. Sofia em relação ao subsídio de penosidade para manter ou não a votação da proposta da aplicação do subsídio.

Quanto a outra proposta e acreditando na palavra do executivo retiramos a cedência temporária da Horta.

Nuno Cruz, RM, quanto ao que foi dito pelo Dr. Marco Leitão falou, a cidade do Porto tem 15% em habitação social, mas mais importante também é servir a classe média e nos próximos dois anos, estão previstos 2000 fogos, na cidade do Porto, Monte da Bela, Lordelo do Ouro e temos o antigo quartel. Temos um investimento de quase 40 milhões no Orçamento Municipal em habitação; foi lançado um concurso anteontem de trinta e cinco casas com rendas acessíveis, a Câmara está a fazer todos os possíveis para combater esse défice de habitação, mas não só habitação social, é preciso habitação também para pessoas da classe média.

Cláudia Costa, RM, vão votar contra, porque entendem que esta questão está solucionada no sentido daquilo que foi por ela referido há minutos e, portanto, nesse sentido, independentemente da valência e da importância das valências sociais nesta Freguesia, vamos votar contra, porque efetivamente já está a ser tratado noutra sede e é nessa sede que deve ser tratada, e entendem assim que vai ser nesse sentido o voto.

Presidente da Assembleia de Freguesia, quanto à votação, a proposta da salvaguarda do quartel é que se mantém, pensou que tinham sido retiradas as duas, tendo pedido desculpa.

Cláudia Costa, RM, ficou convencida que iriam ser esclarecidos agora relativamente aos números, como não vai ser assim, mantem-se a moção?

Presidente da Assembleia de Freguesia, para já só foi retirada a proposta de recomendação, Horta comunitária da Rua de Serralves e vai-se manter em votação a proposta recomendação da salvaguarda e valorização do quartel e manutenção do Quartel Militar e do suplemento de penosidade e insalubridade.

Luís Grabulho, Tesoureiro da Junta, cumprimentou todos os presentes. Relativamente à lei, congratula-se com a sua publicação, porque efetivamente bem reconhecer uma situação que é de todo pertinente. Mal tiveram conhecimento da lei, tentaram de imediato e da forma como podia ser aplicada e tentaram levá-la o mais além possível dentro daquilo que a lei permite. A lei tem algumas limitações e foram forçados a cumprir as mesmas e mesmo assim, por exemplo, o risco foi classificado como elevado, a lei estabelece três níveis e optaram pelo risco mais elevado quanto à aplicação diária, quando a pessoa está sujeita ao risco; exatamente aquilo que a lei estabelece, quando está a pessoa sujeita ao risco nos dias em que está, tem direito ao valor do subsídio diário independentemente do número de vezes que está sujeito e apenas cumpriram a lei, podiam ter estabelecido como um subsídio diário porque temos outros funcionários assistentes operacionais que muitos dias estão sujeitos a um risco superior aos riscos a que estão os coveiros quando não há funerais e aqui há uma dualidade de critérios perante pessoas que estão, por exemplo hoje os funcionários estão a levar uma cama articulada a uma habitação social, estamos a falar da pandemia e entrar dentro da casa das pessoas, têm direito a subsídio ou não; os profissionais que fazem, por exemplo, a manutenção dos tanques onde dormem pessoas e não vale a pena descrever, pois todos entendem, onde existem seringas e outras coisas e são os nossos funcionários a fazer limpeza. Esses funcionários quando estão sujeitos a esse risco também recebem nesses dias o subsídio que a lei estabelece e dentro daquilo que a lei estabeleceu e se calhar por ter no executivo três pessoas que já passaram por direções de sindicatos, entendem isso e tentam aplicar, e se a lei permite ir e mais longe de imediato irão mais longe, tudo aquilo que a lei permitir e estamos a fazer a fazer uma avaliação dia-a-dia, do que pode em relação não só ao cemitério mas a todos os assistentes operacionais, todos os funcionários que estejam sujeitos a um risco eventual. Aqui, por exemplo, poderíamos considerar um risco médio, em detrimento do risco elevado, naquilo que a lei permite. No dia em que o funcionário estiver apenas a zelar pelo cemitério atribuído um risco que ele não está sujeito, quando temos outros funcionários sujeitos a riscos superiores e lembra por exemplo, todos os funcionários que estão a fazer atendimento e tivemos os balcões da junta a fazer atendimento as pessoas ou por marcação ou diretamente, numa fase crítica da pandemia, as

peçoas que estiveram ao balcão a atender peçoas, estiveram sujeitas a um risco elevado e não foram ressarcidas.

Casimiro Calisto, CDU, disse que a legislação, no artigo 24, diz que o suplemento de penosidade insalubridade, é um suplemento remuneratório da carreira geral de Assistente Operacional, no que respeita as áreas de recolha e tratamento de resíduos, tratamento de afluentes e efluentes, higiene urbana saneamento, dos procedimentos de inumação, exumações, do que resulta comprovado sobrecarga funcional sensível de aumento de probabilidade de ocorrência de lesão ou risco, potencial agravado e degradação do estado de saúde é atribuído a cada dia de trabalho. Isto para dizer que no artigo 24, estão bem definidas as diferentes situações e aquela questão do atendimento ao público, não se encaixa neste artigo. Congratula-se pela sensibilidade sindical, entre aspas, para atribuírem o risco mais elevado. Acha que é bom, mas acha que atribuir subsídio diário, quando por vezes uma questão de serviço, a peçoas a trabalhar a triplicar. Devia haver da parte do executivo, alguma compreensão e como se diz na gíria popular, “não cortar as unhas rentes”.

Presidente da Assembleia de Freguesia, perante esta informação considera a proposta de recomendação, aplicação do suplemento penosidade, insalubridade é retirada.

Marco Leitão, PS, não teve muito tempo para analisar esta recomendação, é complexa. Já é aplicado a alguns trabalhadores? quais são as funções? são três cozeiros e a nível de risco quais seriam os outros trabalhadores que lhes poderiam ser aplicados caso tivesse previsto essa possibilidade? E para além desses, não se poderia aplicar a mais alguém da Junta de Freguesia, peçoas que trabalham para a junta de freguesia? O risco seria sempre relacionado com o COVID, mas para além do COVID, há mais algum?

Presidente da Assembleia de Freguesia, passou a votação da recomendação “Salvaguarda e valorização do Quartel da Manutenção Militar e a sua reconversão para Serviços Sociais.”

Contra – 10 (8 RM, 2 PSD)

Abstenções – 5 (4 PS, 1BE)

Favor – 2 CDU

Passou-se para as moções do Bloco de Esquerda, “Atribuição automática da tarifa social da água e resíduos” e “Alargamento do acesso a museus e bibliotecas” e pergunta se se vais ser votação uma a uma.

Susana Constante, BE, relativamente a automatização da tarifa social da água é uma proposta que na realidade apresentaram em 2017 e foi aprovada em 2017, na Assembleia Municipal, o que acontece é que de lá para cá, não foi implementada. Na altura em que apresentaram, estavam a falar de um benefício para 16000 agregados familiares, hoje estamos a falar de que essa automatização da tarifa social da água beneficiará 19000 agregados familiares, houve aqui naturalmente um aumento e a automatização da tarifa social da água, foi já aprovada em diversos conselhos do país. É importante salientar ainda, que em 2018 ERSAR, a entidade reguladora para este setor recomendou aos municípios a implementação dessa automatização. Aquilo que estamos a falar é simplesmente que passa a ser automática a aplicação da tarifa

social, que já está prevista, já está em funcionamento. Hoje, aquilo que se passa é que as famílias têm que levar a cabo um processo do ponto de vista administrativo complexo, para terem acesso aquilo que lhes é devido, fazendo o processo têm acesso; esta proposta implica, que em vez de terem acesso, porque passam por esse processo administrativo, tem acesso automaticamente, portanto no fundo se todas as famílias que têm necessidade deste apoio recorressem, com as dificuldades que o processo administrativo implicam a este serviço, todas as famílias não o conseguiriam. Falamos de um valor que não onera o Orçamento Municipal; o próprio Presidente da Câmara já concordou que não há aqui um peso acrescido, quando se automatizar esta aplicação da tarifa social e, portanto, estamos simplesmente a reiterar a proposta. A segunda proposta que trazem é uma proposta que tem a ver com acessos e utilização do ponto de vista da cultura e no que diz respeito ao alargamento do acesso as bibliotecas, dizer também que esta proposta de alargamento do acesso à biblioteca, foi também levada a Assembleia Municipal e aprovada em Assembleia Municipal, portanto, que se garanta que o horário das bibliotecas permitam uma fruição pelas pessoas, enfim alargada e abrangente, cuidando naturalmente de que os impactos no que diz respeito a recursos humanos, sejam acautelados, não se pode implementar uma medida que depois prejudique alguém, mas isto acontece em muitos municípios do país, bibliotecas municipais tem horários alargados para responder a velocidade da população, sem que isso seja um problema, portanto possível é. E a segunda dimensão tem a ver com algo que na verdade nesta Freguesia nos devia dizer muito, nós temos alguns aqui na freguesia de Lordelo e Massarelos, alguns equipamentos culturais museológicos um deles é a Fundação de Serralves, como todos devem saber, a Fundação de Serralves abre gratuitamente apenas ao domingo de manhã e quando nos dirigimos ao domingo de manhã à Fundação de Serralves ao Museu de Arte Contemporânea, a fila é infindável na maior parte das ocasiões, por experiência ou vai sendo quando procura ceder e nos restantes períodos, os preços são verdadeiramente proibitivos, inclusive, comparados com outros museus europeus, se compararmos com Museu Leopoldo em Viena, o preço de acesso ao Museu de Arte Contemporânea de Serralves, é praticamente ou está no limite de ser o dobro do preço; portanto entendem que essa assembleia deve deliberar que o Executivo da Câmara Municipal, assegure, garanta a gratuidade e que implicará naturalmente também articular com a Fundação em causa do acesso a museus e estes grupos específicos como aqui está descrito, estudantes, pessoas com mais de 65 anos, organizações de moradores para que não haja pessoas na freguesia com menos condições de aceder a este tipo de oferta cultural e portanto é esta a proposta do Bloco.

Presidente da Assembleia de Freguesia, tendo sido referidas, 19000 famílias, pergunta qual é o número medio de pessoas que compõem o agregado familiar .

Susana Constante, BE, responde que este número de 19000 famílias, e referido/indicado pela própria ERSAR e esta disponível para consulta online

Cláudia Costa, RM, relativamente às moções do Bloco Esquerda gostaria de se pronunciar, pois, após terem também feito o trabalho de casa, vão votar contra as moções. No que diz respeito à atribuição automática da tarifa social da água e resíduos, aquilo que retirou da moção não foi exatamente aquilo que a Dra Susana acabou de dizer; aquilo que retirou da moção é que passaria a ser um subsídio atribuído automaticamente. O Porto e como os que aqui vivem têm mais ou menos consciência, isto e independentemente das necessidades que existem e que são

muitas, o Porto tem a água mais barata dos municípios, concretamente em relação ao município de Gondomar, Matosinhos, a água do Porto é exatamente a mais barata do país, está a dizer o Nuno Cruz e está a dizer para ficar gravado a intervenção dele também. Neste sentido e face ao número de necessidades que temos hoje em dia, nomeadamente na pandemia do COVID, não lhes parece que seja o momento de aprovar uma coisa destas e, portanto, neste sentido vamos votar contra esta moção. No que diz respeito à questão do alargamento do acesso Museu e bibliotecas, informou que tem um flyer do Cartão Porto, que já atribui os descontos que aqui são solicitados, na sua grande maioria e chama também a atenção de uma questão, que seguramente terá tido nesta fase posta por lapso e diz que é uma pessoa que gosta muito de ler mas falamos aqui de uma biblioteca itinerante e neste momento os livros estão em quarentena nas bibliotecas públicas, que é uma coisa que me faz imensa confusão. Tem trazido essa notícia diariamente e, portanto, neste momento, os livros não podem andar de mão em mão; relativamente as bibliotecas e no que diz respeito, acha que efetivamente, o Porto já contempla isto através do seu cartão Porto Ponto, e não lhe parece que seja esta altura para se estar a votar favoravelmente uma proposta deste género, sem prejuízo da importância que a cultura tem mas as pessoas aqui referidas já estão contempladas.

Susana Constante, BE, para fazer uma retificação, uma das coisas que disse era ao domingo de manhã, mas é um domingo por mês de manhã, o primeiro domingo do mês entre as 10h e as 13h. Relativamente, ao que está aqui a ser proposto, não é o desconto, é a gratuidade que é diferente daquilo que está no cartão e que foi aqui mencionado, gratuidade acesso gratuito à cultura, conforme está descrito na proposta que apresentou, devemos consagrar inclusive nos nossos documentos constitucionais. Aquilo que entendem é que novamente, esta não é uma proposta que onere o município, pelo contrário e exemplo que trouxe do Museu de Arte Contemporânea do Porto, pois falamos de uma fundação que é financiada pelo Estado e portanto uma entidade financiada pelo Estado deve garantir o direito no acesso a cultura e fica aqui claro, nesta assembleia de freguesia, que o grupo do Rui Moreira Porto, Nosso Partido, está contra que se garanta a gratuidade do acesso à cultura nos termos que aqui é colocado. Relativamente à questão da biblioteca itinerante, é evidente que aquilo que são propostas estruturais, não são propostas pontuais e portanto se esta assembleia, se o município entendesse aderir a este alargamento a esta biblioteca itinerante, é evidente que teria de responder as restrições do COVID, é completamente absurdo pensar de outra maneira, portanto a medida política e a opção relativamente a ela ou seja qual for, não pode ser dependente da situação que vivemos ou não, é ao contrário nós implementamos políticas e ajustamos as políticas a realidade como é evidente. No que toca à tarifa social da água o argumento relativamente ao preço da água no Porto, relativamente ao resto do país, não é a primeira vez que se ouve, mas disse que é incomensurável a pretensão de quem se acha capaz de dizer o que é que é um preço suportável para a família XYZ e portanto, entender a implementação da tarifa social, não é um subsídio, uma tarifa social, quer dizer que o preço da água é mais barato para quem precisa, que a água seja mais barata para quem tem esta necessidade e dizer que esta implementação não é precisa no Porto é de uma enorme pretensão, de alguém que não conhece a realidade e o concreto da vida de uma série de pessoas que estão abaixo do limiar da pobreza na cidade do Porto, portanto o argumento de que água no Porto está abaixo em relação a outros Municípios, não interessa às 19.000 famílias que beneficiariam desta medida, medida que foi aprovada na Assembleia Municipal, não se trata de ser aprovado aqui ou não, ela já está aprovada e o que dizemos ao Executivo que implemente que já devia ter feito a muito tempo.

Cláudia Costa, RM, afirma que nunca entrou aqui em diálogos pessoais, nem num tipo de discurso político que não é o seu, e que é quase, toca um insulto pessoal. Foi o que a Dra. Susana fez. Não admite que a chame pretensiosa ou qualquer outro tipo de coisas. Nem dizer que quem vem aqui dizer o que eu disse tem o pretensiosismo e não conhece a realidade das pessoas, estava em casa e não estava aqui a debater consigo, com o Eng. Calisto, com o Dr. Marco e a prestar o seu serviço público.

Marco Leitão, PS, para dizer que vão votar favoravelmente a moção do alargamento do acesso para museus e bibliotecas e a outra moção da atribuição automática da tarifa social na água e resíduos. Relativamente à atribuição automática da tarifa social na água e resíduos, não vê nada contra, conforme foi dito. Por acaso não tinha conhecimento que efetivamente foi votado na Assembleia Municipal, sendo que ainda faz mais sentido que seja concretizado. Quanto à moção do alargamento do acesso aos museus, sinceramente em relação à cultura, se formos a Londres, a maior parte dos museus são gratuitos - na altura que esteve lá eram gratuitos - e, ainda que não fossem, faz todo o sentido que sejam por várias razões. O problema dos museus muitas vezes é porque estão vazios e os museus podem ser um elemento muito importante quer no conhecimento da cultura, mas, não só; é também um ponto de encontro, um ponto de partilha, e faz muita falta mais cultura. Não é só nesta cidade, em todo o país é um elemento fundamental para o crescimento e também para nós encontrarmos a nossa felicidade quer a nível profissional quer a nível pessoal. Não é um perito na matéria, mas sempre gostou muito da cultura e está ligado a alguns projetos, mas acha que faz muita falta fomentar ainda mais os museus e não só; deveria haver mais iniciativas culturais gratuitas. Isso é bom, é positivo e faz com que as pessoas mais facilmente possam usufruir desse serviço. É bom para eles e é bom para a Comunidade.

Casimiro Calisto, CDU, em relação as moções do BE irão votar favoravelmente. Em relação a atribuição automática da tarifa social atendendo a que há ainda este suporte da Assembleia Municipal onde o grupo Rui Moreira também tem assento ter votado a favor. Portanto disse não perceber entre aspas esta guerra e não são 9000, são 18000, sabe isso que há gente muito carenciada, gente a que a tarifa social não é dada e não tem condições para serem apoiados pela sociedade.

Em relação à cultura independentemente do que se passa noutras latitudes, recorda que foi uma das primeiras medidas quando esta solução governamental foi instalada foi a gratuidade no acesso aos domingos. Vão votar a favor. Disse que a cultura nunca é demais, pena é que ainda que muita gente esteja futebolizada, brutalizada, "telenovelizada". Portanto cultura tem todo o nosso apoio. Em vez de se gastar dinheiro noutras coisas que se gaste na cultura e que a população seja apoiada para poder usufruí-la.

Nuno Cruz, RM, falou-se em 190 famílias carentes na cidade do Porto, queria lembrar que o governo obrigou a confinamento todos os milhares de famílias no país e queria pedir aos partidos políticos com assento parlamentar, principalmente aqueles que ajudam aprovar o orçamento, para recomendar que baixasse o IVA da fatura da luz, porque era capaz de fazer bastante diferenças nas famílias carenciadas.

Presidente da Assembleia de Freguesia, passou-se à votação das moções em separado.

Colocada a votação a moção "Atribuição automática da tarifa social da água e resíduos"

Contra – 10 (8 RM, 2 PSD)
 Abstenções – zero
 Favor – 7 (4 PS, 2 CDU, 1 E)

Colocado a votação a moção “Alargamento do acesso a Museus e Bibliotecas”

Contra – 10 (8 RM, 2 PSD)
 Abstenções – zero
 Favor – 7 (4 PS, 2 CDU, 1BE)

António Oliveira Alves, CDU, disse que em resultado de uma visita feita juntamente com outros elementos da CDU ao Bairro da Associação de Moradores de Massarelos, lhes foram colocadas algumas questões, e quer chamar a atenção e solicitar pelo menos para duas, a intervenção da Junta. Depararam com alguns problemas solucionados, num prazo de dois anos foi a terceira visita, que fez juntamente com outros camaradas aquela zona, com a realização de algumas obras positivas, nomeadamente os desvios de águas fluviais que entravam pelos passeios e pelas casas e a Câmara correspondeu as reclamações, as solicitações que foram feitas noutras alturas. Satisfaz essas reclamações e o problema foi resolvido pois já tinha muitos anos. Ainda persistem alguns problemas de alguns passeios que não foram bem arrançados, mas o maior dos problemas foi solucionado. Falaram com alguns moradores sobre outras questões, relativamente ao piso na subida, junto à antiga escola primária, de paralelo que os moradores com alguma ironia diziam que ele foi feito para imitar o antigo e para parecer romântico, mas um senhor diz que nunca existiu aquele piso e da forma como está agora, provoca quedas, sobretudo em pessoas idosas.

As duas questões para as quais solicitava à Junta, que intercedesse, são: a primeira prende-se com a questão da ligação pedonal que existe do Bairro até à Faculdade de Arquitetura, que é usada não só pelos moradores da terra, estudantes de arquitetura e outras pessoas, turistas, um acesso mais direto para a zona do Rio; tem um conjunto de arranjos feitos pelos moradores, tem alguns degraus, tem um corrimão, mas é necessário que fosse melhorado os degraus, o corrimão, o caminho em geral, mas também colocar iluminação, porque a noite existe o perigo de quedas e na limpeza do matagal existente;

a outra questão, é sobre o terreno que existe por detrás do bairro, virado para cima quem entra, depois da escola primária, virando à direita, tem um terreno onde já há muitos anos chegou a ser feita uma proposta pela Câmara, para um campo de jogos ou pelo menos uma zona de utilização para as crianças do bairro. Seria relativamente fácil a solução, colocando um muro para evitar desvios e serviria para um campo de jogos. Pede que a Junta intervenha no sentido da solução desses problemas.

Outras pessoas, apresentam pedidos, como por exemplo do outro lado, junto da subida pedonal, gostariam que depois de limpo matagal, se a colocassem bancos, assim como relativamente alguns problemas que tem havido no café existente, mas insiste mais nas duas questões colocadas.

Presidente da Assembleia de Freguesia, agradece a contribuição ao membro da assembleia... (não audível)

Marco Leitão, PS, relativamente à não presença de público e das coletividades nas assembleias de freguesias, face às pessoas que estão agora neste espaço, acha que podem estar mais e, tendo em conta que não costumam vir muitas pessoas, havia sempre uma forma de gerir essa questão. Pensa que é muito importante a presença deles, porque a democracia também é isso, ou seja, é importante haver discussão de ideias, projetos. Tentamos contribuir para o bem da Freguesia, para o bem dos fregueses, mas também é muito importante que as coletividades e os fregueses possam estar presentes, nem que fosse para assistir a assembleia. Ou fazia-se uma filmagem, não seria muito difícil de executar e para além disso também é um elemento importante para a transparência e a transparência na democracia como sabem é fundamental. Aliás a democracia cada vez mais e infelizmente está algo desacreditada e pessoalmente acredita muito na democracia, embora tenha muita coisa que não funciona bem, mas um dos pilares da democracia é a transparência; tem dificuldade em perceber como não é possível arranjarmos um espaço com o dobro desta área. Já falamos sobre isso. Aliás na altura até a Senhora Presidente falou nisso, na Casa das Artes, no Teatro Campo Alegre e acha que seria possível executar isso e poderíamos assim contribuir para credibilizar ainda mais a democracia.

Presidente da Assembleia de Freguesia, transparência não falta e essa questão das associações, elas podem participar, o público geral pode participar de duas formas, está escrito, por gravação ou por mensagens e enviarem essa informação. A Assembleia é transmitida e passado em ata com todas as dificuldades, que por vezes existem para ser divulgada no site da Freguesia e ser consultada. Transparência ela tem, relativamente aos lugares e com esta questão das pandemias todas, questiona-se e pergunta, porque aquilo que está estipulado neste momento é não ultrapassar as dez pessoas, senão são obrigados a fazer testes, se tivermos mais de 10 pessoas juntas somos obrigados a fazer testes, tem essa obrigatoriedade. Acha que é um risco que todos nós corremos se aumentarmos e inclusive para os próprios fregueses e diz que é do seu interesse e sempre pediu para que houvesse, por exemplo, uma Assembleia em Lordelo, ainda hoje falou com a Dra Sofia sobre isso e infelizmente essa Assembleia era para realizada em Lordelo, só que a sala ainda não está pronta.; quer e pediu à Dra Sofia para o fazer ainda em setembro com determinadas condições, uma Assembleia Lordelo e condições, são; estamos no período eleitoral que é muito complicado para se fazer em Assembleias, por isso aceita fazê-las e essa obrigação, ainda não sabe bem a data, mas condicioná-la a marcação para não se ultrapassar os estipulados ??? uma altura muito complicada. Acha que é um risco, todos nós estamos a correr o público está a correr, as instituições, estamos num crescimento assustador de casos COVID-19, o Hospital de São João e, foi hoje anunciado, está outra vez como na primeira vaga e na segunda vaga. Temos todos de ter um bocado de sensibilidade, compreende que é muito mau e quer os fregueses e associações, pois todos têm direito, são aqueles que merecem mais estar aqui, fazem tudo nesta Freguesia, as associações são aquelas que trabalham todos os dias na Freguesia para o crescimento da mesma, não estarem aqui para apresentarem os seus problemas, não ver aqui uma carta de uma associação, incomoda-me. Compreende, é desmotivador, mas compreende e acha que tem algum receio de fazer o que seja. É a sua opinião e respeita a do Dr. Marco, mas não é altura para essas questões com toda a honestidade, vamos ver se isto melhora.

Marco Leitão, PS, para informar que não é nada pessoal, estava a falar em termos de organização. Como representante do Partido Socialista, tenta contribuir também para o bom funcionamento da Assembleia de Freguesia e atualmente não sabe se existe recomendações,

alguma lei, que as assembleias de freguesia e municipais não possam ter público. É uma questão de ponderação e acha que neste momento e tendo em conta que já não temos uma assembleia de freguesia, com público presente, há muito tempo, podia ser feito. A partir do momento em que o público não pode estar e as coletividades não podem estar presentes, esta assembleia de freguesia perde um pouco, não deixa de fazer sentido, mas perde um pouco também os seus objetivos. E uma das hipóteses também seria filmar as assembleias e seria uma forma de melhorar e quem quisesse assistir fazia uma inscrição. Como está, custa-lhe bastante a assembleia de freguesia funcionar assim. Não é nada pessoal, é algo que eu sinto, assim como os elementos do meu partido, assim como provavelmente também dos outros partidos políticos.

Nuno Guerreiro, RM, para informar sobre algumas situações da cidade do Porto, que deu um passo para a frente, desbloqueando o centro de vacinação no Queimódromo, estava há seis meses pronto e o Governo desbloqueou a situação. Estamos a viver uma pandemia, criamos as situações e em vez de andarmos para a frente rapidamente para se ultrapassar, estivemos seis meses à espera do desbloqueio, portanto a cidade do Porto está de parabéns hoje e conseguimos.

Casimiro Calisto, CDU, para informar que a CDU com o seu trabalho de formiga levantou a questão e quer dar nota positiva pois já foi colocado o sinal de stop no cruzamento da Rua do Breyner com o Largo da Maternidade; outra questão que também quis levantar no sentido da junta ter alguma sensibilidade para esse problema, tem a ver com o novo concurso no próximo dia cinco, salvo erro, para a venda ambulante de cera no exterior do cemitério de Lordelo, e gostava de alertar para que o estratagema de alguém concorrer e continuamente apresentar atestados para inviabilizar pessoas de poucas posses, que possam ter ali um ganha pão não resultasse. Acha que já estão todos avisados e que a junta deve ter sensibilidade para isso. Outra questão, na última assembleia falou do problema de estacionamento junto ao Centro de Saúde. Agora percebeu bem a situação, alertaram-no para o estacionamento abusivo, pelo que os autocarros param em sítios desnivelados, ou seja, não aproveitam a plataforma e as pessoas têm muita dificuldade. A pessoa que me transmitiu, já participou à polícia municipal e noutros sítios, mas como é próxima da porta da sede da Junta, era conveniente fazer-se algo. Outra questão, prende-se com a passagem entre a zona do Varanda da Barra e a marginal. O que puderem fazer para a Vereadora ser fiel a palavra de arranjar uma solução no espaço de um mês (e já lá vão sete), agradecia

Manuela Amorim, PS, cumprimentou todos os presentes. Tem, pela palavra prevenção, uma estima muitíssimo grande, porque acha que a prevenção traz a poupança de muitos desgostos e de muitos prejuízos. Leu atentamente o plano de prevenção dos riscos de corrupção e sugeriu-lhe a necessidade de apostar também noutros planos de prevenção, que talvez não estejam bem delineados, suficientemente delineados e ocorreu-lhe perguntar a si mesmo, se seria os direitos das crianças em contexto de toxicod dependência, esses direitos das crianças estão a ser cumpridos nesta comunidade, porque sabemos que as crianças em si, elas próprias, são sujeitos de direito e portanto tem de haver da parte das pessoas, são os agentes de efetivação da defesa desses direitos uma conjugação de esforços bem fundamentados para que com determinação e competência, esses mesmos direitos sejam assegurados; pergunta-se ainda também se uma criança não será vulnerável ao risco, ao perigo, a violência e até a corrupção, sendo que essa criança foi criada num contexto de violência, de toxicod dependência de abandono; parece-lhe mais uma vez que era muito importante onde essa comunidade, onde a criança nasce, cresce,

estuda, se socialize, que essa comunidade jogue, aposte, invista a fundo num verdadeiro plano de prevenção, plano que a meu ver deve ser multifacetado e deve ter essencialmente um aspecto lúdico; nós todos sabemos que o ser humano desde pequeno adquire um hábitos e padrões no seio da sua família e onde adquire um padrão social e é dentro dessa família, desse padrão, que ela se organiza; será que uma criança que viva numa família disfuncional, consegue adquirir um conceito correto que as faça avançar ou elas próprias constroem sobre si próprias, um conceito baixo que as não faz fazer face a vida, como seria necessário; parece-me que essas crianças que assim vivem num contexto que estou a descrever, precisam de algo, precisam de um suporte que as ajude a interiorizar a linguagem, a cultura e os afetos; as nossas escolas estão bem dentro deste problema, porque os professores apercebem-se facilmente, sobretudo das dificuldades de aprendizagem que estas crianças são portadoras; existem instituições vocacionadas para de certo modo evitar ou minorar todos estes problemas que os afetam e que todos nós temos de consciencializar e temos de sensibilizar a sociedade, opinião pública temos que propiciar a interação de várias instituições, não é pedir suporte a esta ou aquela instituição, deve haver um plano que ponha em rede todas as instituições existentes de uma comunidade, para poder fazer face a todos os riscos que essas crianças correm, assim para além de propiciar a interação entre várias instituições, como por exemplo a Câmara, o Hospital Central, o centro de saúde, a CPCJ, o Instituto de Reinserção Social, a segurança social e os agrupamentos de escolas, se todos juntos fizerem um plano que seja partilhado por todos, parece-lhe que ficaríamos com as crianças mais seguras e mais capazes de crescer.

Ordem de trabalhos:

Ponto 1 — Aprovação das atas da Assembleia de Freguesia de 17 de março de 2021 e 6 maio de 2021;

Presidente da Assembleia de Freguesia, passou para o ponto um da ordem de trabalhos. Informou que vai colocar em separado para votação e quis agradecer às forças que contribuíram com todas estas ajudas, em especial a ata número quinze, embora para a ata dezasseis, todos contribuíram e por isso queria agradecer a todos, que engrandece a Freguesia.

Casimiro Calisto, CDU, disse que existe um erro na convocatória, onde está 13 de março, deverá estar 17, e que já tinha avisado D. Susana Santos. Em relação a ajuda nas atas e principalmente na que houve problemas com a gravação só queria dizer que houve todo o empenho de alguns, mas que houve outras membros que não colaboraram.

Presidente da Assembleia de Freguesia, agradece mais uma vez todo o contributo dado para a ata.

Susana Constante, BE, relativamente à questão da ata não teve oportunidade e acha que se devia colocar nalgum ponto da mesma, a existência de problemas técnicos, porque mesmo com

este esforço, continua a não ser um atas como as outras, pois foi feita com contributos da memória de cada um. Vota favoravelmente.

Presidente da Assembleia de Freguesia, o que é mais importante é aquilo que a pessoa quer que fique registado em ata e prefiro que as pessoas alterem e a mesma fique enriquecida.

Colocado a votação a ata do dia 17 de março de 2021:

Contra – 0

Abstenções – 0

Favor – 16 (7 RM, 2 PSD, 4 PS, 2 CDU, 1 BE)

Não votaram: Sofia Murta, RM

Colocado a votação a ata do dia 6 de maio de 2021:

Contra – zero

Abstenções – zero

Favor – 17 (8 RM, 2 PSD, 4 PS, 2 CDU, 1 BE)

Ponto 2 – Apreciação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Anexas;

Secretária da Junta, cumprimentou todos os presentes e quer explicar que este plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas é obrigatório e vem na sequência do código de conduta que foi por eles também aprovado e vem a esta Assembleia por uma questão de cortesia, porque acham que devem apresentar este plano à Assembleia. Não é levado a votação, trata-se de uma primeira versão deste plano, isto é um documento que será sempre sujeito a aperfeiçoamento e aquilo que fizeram neste momento com este documento, foi pegar naqueles casos que lhes parecem mais correntes, casos do dia-a-dia, classificá-los dentro de um nível de risco e depois tentar de alguma forma, mas sem estamos aqui com grandes complicações ou com grandes teorias, arranjar alguma solução de modo a prevenir alguns dos riscos que detetaram. Tem algumas incorreções a nível de português, que terão de ser corrigidas e que deste já se penitencia. Este documento é atualizado com uma previsão de revisão (2 em 2 anos) Contudo se forem detetados riscos a incluir serão tidos em consideração. A isto chamamos Work in progress.

Casimiro Calisto, CDU, disse que em relação ao plano pretendia perceber melhor como surgiu, pois, pesquisou a entidade que referem que trabalha junto com o Tribunal de Contas e ficou com a impressão, que há um certo pioneirismo da União de Freguesias, porque não viu nenhuma Freguesia, nenhuma União de Freguesias com o plano depositado. Viu sim outras entidades de outra dimensão, a Assembleia da República, as Águas de Lisboa, etc. Perguntou se o surgimento deste plano é motivado por alguma coisa e era isso que gostava de perceber.

Secretária da Junta, esta Freguesia ou esta União de Freguesias é mesmo pioneira e como sabe nós fomos a primeira União de Freguesias a ser certificada e faz parte da nossa certificação de qualidade, termos um plano de prevenção.

Susana Constante, BE, uma nota de apreço em relação a criação do documento e que é num propósito de assegurar coerência de princípios da qualidade, daquilo que é a forma de funcionar do executivo da Junta, uma palavra de apreço, não sem fazer nota de que em primeiro lugar o Bloco Esquerda, no contexto da Assembleia Municipal do Porto, votou um documento idêntico a este e em coerência dizer que votaram contra o documento que foi apresentado, aqui não estamos a votar, mas acha que é importante para se fazer a clarificação da posição, porque é uma questão demasiado importante ao nível da política local, da democracia local, daquilo que é o poder autárquico, enfim a questão de combater a corrupção e as infrações conexas, aliás infelizmente tem sido alguns os casos a nível nacional, que tem vindo a público de situações muito infelizes, do ponto de vista do abuso daquilo que são poderes conferidos pelo o exercício de funções democráticas e portanto ele é demasiado importante para ser um documento, como aquele que nos foi apresentado em contexto de Assembleia Municipal e parece-nos que aquele que é apresentado aqui, que eventualmente é um primeiro exercício e portanto se calhar, no futuro, poderá vir a ser apresentado. Mas de facto, a forma como ele é apresentado aqui, não nos parece ao nível da enorme responsabilidade que deve implicar; nota de apreço porque o sentido de responsabilidade existe, no concreto a forma de enunciar o princípio, do explicar o que é o risco, é quase um documento que conceptualize em torno de, mas que no concreto naquilo que um plano de prevenção da importância que este tem, entendem que fica aquém daquilo que a democracia. Não vamos votar, é só uma apreciação e em coerência com a posição que já tinham tomado em outro fórum.

Marco Leitão, PS, relativamente ao documento, não teve tempo para o ler em pormenor, mas globalmente parece positivo, conforme foi dito. O problema da corrupção e do uso abusivo dos bens do domínio público é, como sabem, um problema que dificulta o trabalho depois dos próprios políticos, porque, conforme referiu há pouco e não tem nada a ver com o que se está a falar aqui, mas no fundo as coisas misturam-se todas. O problema da nossa democracia, uns dos grandes problemas, é exatamente a falta de confiança que os cidadãos têm nos políticos. Não é só por causa das questões da corrupção e o uso abusivo de bens do domínio público. Também é por outras razões, por vezes até a própria comunicação dos políticos, não sendo especialista na matéria, mas às vezes acha que, e fala em termos globais, há alguma falta de bom senso na comunicação e uma das coisas que é essencial, para além do combate a este tipo que criminalidade, é realmente tentarmos assumir os nossos compromissos e sermos coerentes. Não quer dizer que não possamos mudar de opinião. É totalmente possível mudar-se de opinião desde que possamos justificar e que as pessoas possam compreender; o que as pessoas não gostam é quando os políticos dizem num dia sim, noutra dia não, e não justificam, descredibilizando imenso a política e é uma pena, porque efetivamente, a política, os políticos, o trabalho dos políticos é essencial quando é bem feito. Nunca fez parte de nenhum executivo, não tem grande aspiração, pode surgir um dia, é feliz na sua profissão, na sua vida, mas acompanha e realmente, para quem gosta de ser eleito, deve ser muito interessante. Claro que não é fácil. Há ataques, faz parte. Isto para dizer que se tem de preservar ao máximo a democracia.

Secretária da Junta, não vão fazer do plano uma coisa maior do que aquilo que ele é, não é propriamente um plano para salvar o país dos corruptos maldosos, nem dos políticos. Isto é muito mais um plano para quem está nesta Freguesia a trabalhar para o serviço público, tem a ver sobretudo com processos, processos de decisão, mas também com processos operacionais e isto já existe há muito tempo, em determinadas instituições, nomeadamente, nas instituições financeiras e que abrange toda a gente; o político tem uma obrigação maior, cargo do executivo da junta, mas também se aplica ao senhor que abre e fecha a porta todos os dias. Aplica-se a toda a gente, mas também é muito mais um plano que se aplica sobre o serviço em termos globais e todos temos obrigação de ser sérios e de olharmos para o lado para saber o que se passa e estarmos atentos a isso, mas o que querem no fundo é um plano operacional, muito mais do que o plano teórico ou mesmo um plano político.

Casimiro Calisto, CDU, agradecia uma explicação sobre se este plano. Se vai ser enriquecido, se vai ser revisto e depois o executivo deposita neste organismo, o conselho de prevenção da cooperação. No dia-a-dia como é que isto se reflete, vão fazer uma check-list aplicando estes pontos do plano nos diferentes procedimentos?

Secretária da Junta, por exemplo, esta semana o executivo tem de tomar uma decisão e já estão exatamente a decidir se podiam usar um dos pontos constantes do plano de prevenção. Aquilo que está previsto, é que em todos os locais, como secretaria, em todos os locais de trabalho, esteja o plano afixado para as pessoas poderem consultarem. Em alguns pontos aquilo que entendem é que devem ser feitas umas checklist e que tudo seja feito a partir dessa checklist, de maneira a ser prático.

Ponto 3 – Discussão e aprovação da Proposta do Código de Conduta da Assembleia de Freguesia;

Presidente da Assembleia de Freguesia, passando para o próximo ponto, discussão e aprovação da proposta de código de conduta da Assembleia de Freguesia; este código foi elaborado pela primeira secretária e segundo secretário. De seguida, solicitou ao Eng. Alexandre, para apresentar o ponto. Este documento está com data de 2020, pois foi no seguimento de uma assembleia em que se tinha ficado de fazer este código de conduta.

Segundo Secretário da mesa AF, Alexandre Sá, basicamente o proposto dá cumprimento à lei 52/2019 de 31 de julho, que determina os requisitos a serem observados no exercício de funções de cargos públicos e altos cargos políticos. Exemplos, transparência e integridade, âmbito de aplicação, princípios de ética, comportamentos ilícitos (aqui o assédio é particularizado) igualdade, proporcionalidade e termos sobre o tema definido. Este código é independente do código da Junta Freguesia. Terminou, tendo inquirido sobre a existência de possíveis dúvidas.

Casimiro Calisto, CDU, disse que a exemplo do que aconteceu no ponto dois pedia para ser enquadrado no que se pretende. Tem uma versão de código de conduta, que foi apresentado em setembro 2019 e pelo que entendeu da primeira versão, diz que esse código de conduta aos órgãos executivos, deliberativo e colaboradores. Em 2020 não foi votado, foi feita uma apreciação e o mesmo teve de ser adaptado à legislação, pois já tinha sido aprovado. Há um aviso do Diário da República, registado e que diz que no âmbito desse código conduta, aplica ao Presidente e aos demais vogais da Junta de Freguesia e no ponto dois, artigo terceiro, diz aplica-se ainda nos termos referidos ao sujeito, mencionados no artigo 13, diz que o presente código se aplicasse ainda, com as necessárias adaptações aos membros dos gabinetes de apoio, aos titulares de cargos dirigentes, trabalhadores da união de freguesia. Quer perceber se isto é uma extensão desses códigos, se é uma alteração...

Presidente da Assembleia de Freguesia, este código aplica-se única e exclusivamente aos membros da Assembleia. Ficou definido que este entraria em vigor no próximo mandato, momento a partir do qual são passíveis introduzir sugestões/alterações por parte de todas as forças políticas pertencentes a esta assembleia.

Susana Constante, BE, relativamente ao documento quase subscreve as palavras do Senhor Presidente de que é inóculo, é um documento que congrega e sistematiza uma série de enquadramentos legais, determinações legais, que já estão plasmadas na própria constituição e ele está claro nesse ponto de vista e nesse sentido é um instrumento para que os eleitos desta assembleia, tenham toda a informação compilada e entende como adjacente, digamos ao próprio regimento da assembleia, porque no regimento da assembleia e também seguindo a Lei 75 de 2013, há um ponto que remete para aspetos relacionados com conduta ética, de acordo com a legislação aplicada e acaba por haver uma sistematização dessa mesma legislação aplicada. De um ponto de vista formal, para não dizer formalista é um documento importante do ponto de vista mais político, ele é redundante em relação a legislação existente e gostariam que qualquer eleito tenha noção do que aqui está e que ele não deveria de alguma forma ser necessário, digamos assim. Ainda assim, vamos votar favoravelmente, pois entendem, ser um instrumento, daquilo que é o exercício deste tipo de funções e dizia sem que isso seja um fator para não votar favoravelmente, mas que sua opinião, no artigo 10º. alínea 9, as ofertas dirigidas a Assembleia da União de Freguesias são sempre registados e entregues aos serviços administrativos e entendem que a Assembleia da União de Freguesias não deveria aceitar ofertas, tendo sugerido a criação de um órgão próprio para aceitar esse tipo de ofertas.

Primeiro Secretário mesa AF, Alexandre Sá, informou de que o código, tem também a componente preventiva. No caso de se verificar alguma situação, deverá ser anotada e transferida para o executivo. Em termos de lei está feito e é o cumprimento.

Marco Leitão, PS, este código de conduta aplica-se aos membros da assembleia de freguesia ou também aos membros do executivo? Portanto, só aos membros da assembleia de freguesia. Relativamente ao código de conduta, vamos votar favoravelmente. Desde que está na

assembleia de freguesia, não tem tido conhecimento de casos de corrupção, mas é um documento positivo, pois reforça valores fundamentais.

Presidente da Assembleia de Freguesia, a lei obriga para os órgãos executivos, ou seja, para a assembleia de freguesia não é obrigatório. Fica como o Regimento e na próxima assembleia se acharem que deve ser alterado nalguns pontos e quem ficar, faz uma alteração ao Regimento que está em vigor, nomeadamente nesta questão dos tempos, que acha que deve ser revisto. Quem vier deve fazer essa alteração. Passou-se a votação:

O ponto foi aprovado por unanimidade.

Passou-se ao ponto quatro, Apreciação da informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia, acerca da atividade desta e da situação financeira, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, relativa aos meses de maio e junho.

Não houve intervenções.

Pergunta a todos se acham que se deve fazer uma assembleia em setembro, dado que nos encontramos em plena campanha eleitoral.

Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Mãe José Truchado de Sousa e Almeida, A.C.

Carla Elisabete Silva

Alfonso Soares de Sousa